

NOTAS ECONÓMICAS

NÚMERO 6 / Dezembro '95 / PREÇO 1.500\$00 / ISSN: 0872-4733

6

REVISTA DA FACULDADE DE ECONOMIA DA UNIVERSIDADE DE COIMBRA

GIACOMO BECATTINI / ENZO RULLANI SISTEMA LOCAL E MERCADO GLOBAL

ANTONIO VÁZQUEZ-BARQUERO EVOLUÇÃO RECENTE DA POLÍTICA REGIONAL

ANTÓNIO BRANDÃO / ADELINO FORTUNATO CONCORRÊNCIA MULTIMERCADOS E COMÉRCIO INTERNACIONAL

MARIA CLARA MURTEIRA TEORIA DO CICLO DE VIDA E FINANCIAMENTO DAS REFORMAS

DESMOND McNEILL ECONOMIC APPROACHES TO THE STUDY OF CONSUMPTION

JOSÉ REIS ECONOMIA CONSTITUCIONAL, ESTADO E INSTITUIÇÕES

JOÃO CRAVINHO INFLAÇÃO, ESTABILIDADE CAMBIAL E POLÍTICA MONETÁRIA

DOUTORAMENTO HONORIS CAUSA DE **FERNANDO HENRIQUE CARDOSO**



A Evolução Recente da Política Regional. A experiência europeia

Antonio Vázquez-Barquero Universidade Autónoma de Madrid

resumo

résumé / abstract

São muitas as experiências de desenvolvimento territorial na Europa que confirmam e justificam as preocupações da política regional com os factores endógenos. Trata-se de processos intensos de aprendizagem, de adaptação e de reestruturação produtiva por parte das comunidades locais. Quer eles tenham sido incentivados pela necessidade de combater o desemprego, quer pela necessidade de obter ganhos de competitividade, são modelos de acumulação flexível que vão consolidando o *hardware*, o *software* e o *orgware* do desenvolvimento local. As bases produtivas e territoriais desta evolução têm tido contrapartidas institucionais, como o prova a atenção que a OCDE e a União Europeia lhes têm dedicado.

Il existe de nombreuses expériences de développement territorial dans l'Europe qui confirment et justifient les préoccupations de la politique régionale pour les facteurs endogènes. Il s'agit de processus intenses d'apprentissage, d'adaptation et de restructuration productive de la part des communautés locales. Qu'ils soient motivés par la nécessité de combattre le chômage ou de réaliser des progrès de compétitivité, ce sont des modèles d'accumulation flexible qui sont en train de consolider le *hardware*, le *software* et le *orgware* du développement local. Les bases productives et territoriales de cette évolution comportent des contreparties institutionnelles, à preuve, l'attention que l'OCDE et l'Union Européenne leur portent.

The significant number of local development examples in Europe confirms and justifies the concern for endogenous factors shown by regional policy. They are intense processes of learning, adjustment and productive restructuring undergone by local communities. Whether they are generated by the need to fight unemployment or the need to obtain competitive advantages, they are flexible accumulation models that gradually consolidate the *hardware*, the *software* and the *orgware* of local development. The productive and spatial bases of this evolution have been the object of institutional aid, namely by the OECD and the EU.

Introdução



Nas últimas décadas a política económica regional dos países da União Europeia (UE) sofreu uma alteração significativa. Progressivamente, foi-se abandonando a aproximação *top-down*, orientada para a redistribuição espacial da actividade económica e para a redução das diferenças regionais dos níveis de rendimento *per capita*. Simultaneamente, foi ganhando força a orientação *bottom-up*, preocupada com o desenvolvimento económico das cidades e territórios.

Esta transformação é de grande importância. Perante os desafios que a adaptação à nova dinâmica do sistema económico (crise e reestruturação produtiva) apresenta, as comunidades regionais e locais tomaram a iniciativa de aumentar a eficiência dos seus sistemas produtivos. Para tal, recorrem à capacidade de desenvolvimento do território (sobretudo aos recursos humanos, à capacidade de iniciativa, e à cultura produtiva e tecnológica) para resolverem os problemas levantados pela reestruturação produtiva (aumento do desemprego e transformação estrutural).

Num mundo cada vez mais competitivo, em que a difusão das inovações e o aperfeiçoamento dos recursos humanos são factores estratégicos para a adaptação da produção, as comunidades locais (organizações públicas e privadas, associações de empresários, sindicatos, autarquias) tomaram consciência do desafio da concorrência e responderam encorajando as iniciativas de desenvolvimento local. O processo de aprendizagem e a capacidade de organização diferiram de território para território, explicando-se, assim, a diversidade das repostas locais.

Na ausência de uma investigação exaustiva sobre a evolução recente da política de desenvolvimento local, interessa perguntar: Qual é o grau de generalização das políticas de desenvolvimento endógeno na Europa? Como se define o conceito de estratégia de desenvolvimento local? Como se conjugam as políticas económicas locais? Quais os factores que propiciaram o aparecimento e a difusão dessa estratégia nos países da UE?

Este trabalho propõe-se responder a estas e outras perguntas, partindo das diversas experiências de desenvolvimento local, sobretudo as dos países do sul da Europa. Depois de descrever as características gerais das iniciativas locais europeias, procura-se definir o conceito de estratégia de desenvolvimento local com base em casos reais. Discutem-se depois alguns factores que podem explicar o aparecimento e o desenvolvimento da política económica local. Finalmente, tecem-se alguns comentários sobre os resultados obtidos e as limitações que a nova política regional apresenta.

Iniciativas locais na Europa

Não se conhecem, exactamente, o número e as características das iniciativas de desenvolvimento local em curso nas cidades europeias. No entanto, os trabalhos inovadores dirigidos por Bennet (1989) sobre o programa LEDA, da Comissão das Comunidades Europeias, e por Stöhr (1990a) sobre as experiências de desenvolvimento local em toda a Europa elucidam-nos quanto à generalização do fenómeno e quanto ao tipo de iniciativas.

Para começar, há que reconhecer que o fenómeno tem uma grande difusão. Na Europa, as iniciativas surgiram em territórios cujo processo de reestruturação produtiva está associado a sectores produtivos muito diversos (como a agricultura, os têxteis, o calçado, o sector naval, a indústria transformadora ou os serviços) e em cidades e localidades com dimensão muito diferente (grandes metrópoles, cidades médias e pequenas ou localidades rurais).

Bennet compara vinte e quatro experiências do programa LEDA repartidas pelos doze países comunitários. Entre outros, interessa destacar os casos de Sítia (reestruturação do sector agrário e promoção de agro-indústria e turismo rural), de Tillburg (com a indústria têxtil em declínio e os serviços em expansão), de Hamburgo (com transformações no sector naval e indústrias afins, e



com um sector de serviços estagnado), de Nottingham (com uma grande quebra de emprego na indústria transformadora, sobretudo nos têxteis e nas confecções) e de Ravena (com uma forte reestruturação da indústria petroquímica).

Na investigação dirigida por Stöhr, estudam-se quarenta e quatro experiências localizadas em áreas rurais, áreas de industrialização antiga, cidades de dimensão média e áreas metropolitanas. Salientam-se, entre outras, as cidades de Dortmund (marcada pelo encerramento das minas de carvão da zona e pela profunda reestruturação da indústria siderúrgica) (Hennings e Kunzmann, 1990), Prato (com uma transformação inovadora do sector têxtil assente num modelo próprio de organização local) (Camagni e Campello, 1990), Malmö (com uma profunda crise na indústria naval) (Johanisson, 1990) e Swansea (com uma nítida desindustrialização, sobretudo no sector metalúrgico) (Robert *et al.*, 1990).

Segundo Valcárcel-Resalt (1992), em 1990 existiam, em Espanha, 258 experiências de desenvolvimento local. Noutro trabalho, analisei algumas delas e aponte as suas diferenças (Vázquez-Barquero, 1993). Trata-se de iniciativas em cidades de dimensão média que nuns casos são capital de província (Vitória-Gasteiz), noutros são cidades industriais em declínio (Alcoy e Berga), ou que estão a atravessar intensos processos de reestruturação (Vigo) ou ainda cidades que pertencem a regiões agrárias (Estepa e Lebrija). Estão localizadas em regiões desenvolvidas (Catalunha), em regiões periféricas (Galiza e Andaluzia), em regiões dinâmicas de desenvolvimento intermédio (Valência) ou em regiões com a indústria em declínio (País Basco). Umam situam-se na península, outras nas ilhas.

A política de desenvolvimento local assume formas próprias em cada um dos países da Comunidade, como refere Pellegrin (1991). A forma de organização do Estado (federal, regional ou central), as diferenças entre as linhas programáticas das políticas espaciais dos governos centrais e locais, e a própria história da política económica desses países são alguns dos factores que podem explicar a forma como cada país trata a questão das iniciativas locais. Neste ponto, é elucidativa a diferença entre o processo francês e o processo espanhol.

Em França, a administração central incentiva e dirige a política de desenvolvimento local (Greffé, 1989), através da acção de diversos ministérios que apoiam a criação e o desenvolvimento de iniciativas locais. O Ministério do Trabalho promove a criação dos *Comités de bassin d'emploi* constituídos por políticos locais, sindicatos e representantes dos empresários que, com o apoio dos funcionários locais, realizam acções de formação ou de desenvolvimento de actividades produtivas. O Ministério da Agricultura, por sua vez, promove uma política activa de desenvolvimento rural através das *Associations de pays*, embora os resultados sejam bem piores.

Em todo o caso, em França, exceptuando algumas iniciativas privadas (como as *Boutiques de Gestion* ou as sociedades de reconversão criadas pelas grandes empresas públicas), os organismos territoriais para o desenvolvimento local inserem-se em redes nacionais fortemente vinculadas à administração central (Pellegrin, 1991). Há que destacar o apoio às novas empresas prestado pelo Ministério da Indústria que instituiu um Serviço Nacional para a Criação de Empresas assente numa rede de delegações locais instaladas em organismos públicos e privados já existentes no território.

Em Espanha, foram as câmaras municipais que, desde o início dos anos oitenta, proporcionaram gradualmente a criação e o desenvolvimento de iniciativas locais, incentivadas pela Constituição de 1978 que permitiu a criação das primeiras autarquias democráticas.

Pode considerar-se que o ponto de partida da política económica local espanhola foi a transformação do INESCOP (um organismo privado de controlo da qualidade criado pelas empresas de calçado de Elda) numa sociedade de investigação, em 1978.

Iniciativas semelhantes foram, também, a criação, em 1982, do *Industrialdeak* de Oñate (um organismo que fornece terreno para implantação de indústrias e serviços às empresas); do

Departamento de Promoção Industrial de Lebrija (um organismo de desenvolvimento), em 1984; do Serviço Municipal de Desenvolvimento Económico e do Emprego de Vitória (dedicado à formação), em 1986; e, também nesse ano, da Barcelona Activa S.A. (uma incubadora de empresas).

No entanto, as diferenças entre os países são menores do que poderia parecer. Nos Estados federados, como a Alemanha, as autoridades locais têm competências governativas próprias que lhes permitem fomentar o desenvolvimento local, embora a administração central tenha também funções e responsabilidade nos processos de reestruturação da produção, e em acções industriais e regionais (Bennett e Krebs, 1990). Nos Estados centralizados poderia parecer que as autoridades locais têm um peso menor, mas, como o caso do Reino Unido prova, as autoridades locais desenvolveram, nas últimas décadas, novas formas de funcionamento, iludindo, em certa medida, eventuais fiscalizações da administração central.

Estratégia de desenvolvimento local

A explosão de iniciativas locais na Europa durante a última década suscita questões importantes. Por que razão surgiram as iniciativas locais? Que objectivos pretendem atingir? Existe, para isso, uma estratégia? Podem ser consideradas uma política regional nova?

Uma primeira reflexão sobre as experiências europeias de desenvolvimento local revela que as comunidades locais passaram por um intenso processo de aprendizagem, de adaptação e de reestruturação produtiva. Perante problemas como o desemprego, a quebra de produção e a perda de mercados, os gestores locais analisam a necessidade de melhorar a resposta local aos desafios do aumento da competitividade e das alterações da procura.

O diagnóstico assume formas diferentes nos vários territórios, em função das condicionantes específicas de cada um: especialização produtiva, recursos naturais e humanos disponíveis, abertura da economia local aos mercados nacionais e internacionais, e organização local.

Em todo o caso, o que interessa é conseguir uma maior integração das economias locais na economia internacional e uma maior competitividade dos seus sistemas produtivos. A solução passa por uma reestruturação do sistema económico e uma adaptação do modelo institucional, cultural e social de cada território às transformações do contexto em que se inserem e à concorrência.

De forma simplificada, pode dizer-se que o problema que as cidades e as localidades enfrentam consiste na reestruturação dos seus sistemas produtivos de forma a que as explorações agrícolas e as empresas industriais melhorem a produtividade e aumentem a competitividade nos mercados locais e externos.

É amplamente aceite a ideia de que o aumento da produtividade e o aumento da competitividade são os objectivos que devem nortear o processo de transformação estrutural das economias locais. Esses objectivos podem, contudo, atingir-se por processos diferentes que se resumem a duas estratégias alternativas: ou dar um salto tecnológico e produtivo e transformar, completamente, a estrutura produtiva da localidade ou do território, ou adoptar uma estratégia de pequenos passos, transformando gradualmente o sistema económico a partir das características da estrutura produtiva existente.

A história recente mostra-nos que o primeiro método encontra barreiras competitivas difíceis de ultrapassar a curto prazo e convém não esquecer os elevados custos sociais e ambientais que ele sempre comporta. Nos espaços metropolitanos, as experiências espanholas (e, em geral, as europeias) aconselham a seguir uma estratégia de utilização da capacidade de desenvolvimento endógeno, ou seja, dos recursos existentes no território.

As iniciativas locais surgiram como consequência da dinâmica da aprendizagem das transformações do sistema produtivo local feita pelas comunidades locais e da capacidade de





organização e de resposta aos desafios da transformação tecnológica e ao aumento da concorrência.

Quais as acções que caracterizam a estratégia de desenvolvimento conducente a uma nova política regional? A resposta pode encontrar-se nas diferenças que ela apresenta relativamente à política dominante nos anos cinquenta e sessenta.

A política regional tradicional assentava num modelo de crescimento concentrado e procurava facilitar a distribuição territorial da actividade produtiva utilizando recursos exteriores à área que beneficiava de auxílio. A nova política de desenvolvimento regional muda de tática e procura ultrapassar os desequilíbrios fomentando o desenvolvimento de todos os territórios com potencialidades de desenvolvimento competitivo.

Esta nova perspectiva baseia-se, portanto, numa teoria que considera que o crescimento económico não tem de ser necessariamente polarizado e concentrado nas grandes cidades. O desenvolvimento económico pode ser difuso se se utilizar eficazmente a capacidade de desenvolvimento existente no território, como no-lo mostram os modelos de acumulação flexível.

A nova estratégia de desenvolvimento regional assenta numa abordagem territorial do desenvolvimento. A história produtiva de cada localidade, as características tecnológicas e institucionais locais e os recursos locais condicionam o processo de crescimento. Assim, para desenvolver uma localidade há que recorrer não só aos factores externos, mas também aos factores endógenos desse território. Para se utilizar eficazmente a cultura e os conhecimentos locais, o mais adequado é seguir uma estratégia de transformação progressiva que permita efectuar os ajustamentos produtivos e institucionais necessários.

O objectivo da nova estratégia de desenvolvimento regional é, portanto, o desenvolvimento dos territórios num contexto competitivo com elevados níveis de incerteza e de perturbação. Por isso, há que desenvolver e fomentar a difusão das inovações, a capacidade de iniciativa, a qualidade do capital humano e a flexibilidade do sistema produtivo, já que esta parece ser a forma mais adequada para dar uma resposta eficaz aos desafios do presente.

Para desenvolver um território não é necessário realizar grandes projectos industriais, mas sim incentivar projectos que utilizem a capacidade de desenvolvimento e promovam a adaptação progressiva do sistema económico local, independentemente do montante dos investimentos.

Por último, refiram-se as grandes diferenças que existem na nova estratégia de desenvolvimento regional, do ponto de vista da organização e gestão. As políticas regionais tradicionais eram geridas pelo Estado, de forma centralizada, através de apoio financeiro directo às empresas que cumpriam os requisitos estabelecidos pela legislação sobre incentivos. A política de desenvolvimento local tem uma gestão descentralizada e é orientada pelos organismos intermédios que apoiam material ou financeiramente as empresas. Não se trata de conceder fundos às empresas, mas de dotar os sistemas locais com os serviços de que as empresas necessitam para resolverem os problemas de competitividade.

Políticas de desenvolvimento local

A resposta local aos desafios globais é dada por um conjunto de acções de carácter muito diverso (Martinós, 1989; Vázquez-Barquero, 1993). Umam destinam-se a melhorar as infraestruturas (*hardware*), outras a suprir carências e a melhorar os factores imateriais do desenvolvimento (*software*) e outras procuram fortalecer a capacidade organizativa do território (*orgware*).

O *hardware* do desenvolvimento local

O *hardware* do desenvolvimento local é constituído por todas as infraestruturas que servem de base aos processos de transformação estrutural e que são instrumentos indispensáveis para o funcionamento do sistema produtivo. Como afirma Chisholm (1990), ao referir-se ao caso de

Sheffield, os investimentos em infraestruturas e em capital social destinam-se a melhorar o aspecto da cidade e a convertê-la num lugar onde se possa viver e trabalhar.

Assim, entre as medidas de desenvolvimento local que ter em conta as que se destinam a melhorar as redes de transportes e comunicações (como a construção de uma ponte em Alcoy ou da autoestrada entre Concentaina e Alcoy); a criar o condicionamento de solos para facilitar a implantação de empresas (como o caso dos *industrialdeak* do País Basco ou de polígonos industriais como a *République*, em Poitiers); a construir equipamento social (como hospitais e escolas).

Trata-se, como se vê, de acções típicas da política regional tradicional. Em países com regiões autónomas como a Espanha, a sua execução só é possível com a acção conjunta de todas as autoridades administrativas competentes. Nessas acções, os agentes locais desempenham um importante papel, incentivando o interesse e a intervenção das restantes autoridades administrativas.

O software do desenvolvimento local

O *software* do desenvolvimento local é um elemento distintivo da nova política regional. É constituído por todas as iniciativas ligadas aos aspectos qualitativos e de carácter imaterial do desenvolvimento. Incluem medidas que incidem em factores como a qualificação dos recursos humanos, o *know how* tecnológico e inovador, a difusão de tecnologias, a capacidade de iniciativa existente, a informação nas empresas e nas organizações, a cultura de desenvolvimento da população.

As iniciativas locais destinadas a incentivar a criação e o desenvolvimento de empresas são as mais comuns. Na UE, o exemplo por excelência são os *Business Innovation Centres* promovidos pela Comissão desde 1984 (DG XVI, 1984). As iniciativas para a criação de empresas (Grefe, 1989; OCDE, 1985) variam em função do seu promotor (local ou externo, público ou privado), do carácter espontâneo (aparecimento das *boutiques* de empresas nos finais dos anos setenta) ou regulamentado (a lei 44/86 em Itália, destinada a incentivar o aparecimento de jovens empresários), de serem ou não dirigidas a *target groups* específicos.

Fazem parte dos seus objectivos, estimular os novos empresários a transformarem uma ideia numa empresa viável e competitiva, assessorá-los e aconselhá-los relativamente aos riscos que o projecto possa implicar e informá-los sobre os benefícios de que dispõem para realizarem o projecto.

As iniciativas para o desenvolvimento das empresas procuram fornecer serviços financeiros e materiais. Foi assim que, por exemplo, na Dinamarca, um grupo de instituições privadas de Loland criou o Fundo Lolândia para financiar pequenas empresas, depois do encerramento dos estaleiros Naskov, a maior empresa da zona. Na Bélgica, a Sociedade de Investimentos de Limburg, por sua vez, fornece ajuda financeira e participa em programas de formação dos recursos humanos da zona (LEDA, 1990).

O Centro de Informação Têxtil da Emilia Romagna, criado em 1980, é um bom exemplo do modo como o fornecimento de serviços de informação às pequenas e médias empresas de uma região desenvolvida facilita a reestruturação produtiva e a articulação do sistema local com o sistema económico internacional.

Por último, em Itália, a promoção das exportações das pequenas empresas locais é feita através de consórcios de empresas (Martino *et al.*, 1989). Trata-se de iniciativas que se desenvolveram rapidamente a partir do início dos anos oitenta com o apoio do governo central, cujo objectivo é criar e expandir os mercados externos das empresas associadas.

A difusão das inovações é um dos pontos principais da política de desenvolvimento local. A proliferação dos parques tecnológicos por toda a Europa, sobretudo na última década, é disso um bom exemplo. No Reino Unido, os primeiros foram o de Cambridge, em 1973, e o de





Heriot-Watt, em Edimburgo, em 1974, mas a sua expansão ocorreu nos anos oitenta (três, em 1980; vinte, em 1985; quarenta, em finais da década). Na Alemanha, o primeiro parque tecnológico foi construído em 1984 e, a partir daí, multiplicaram-se rapidamente por todo o país. Em Itália, o primeiro parque foi criado em Bari, em 1984. Em Espanha, o primeiro foi o de Zamudio, no País Basco, que começou a ser construído em 1985.

Alguns governos centrais, como o francês e o japonês, quando trataram do problema da reestruturação dos sistemas produtivos concentrados nas grandes áreas metropolitanas, deram particular importância à difusão das inovações. A criação dos pólos tecnológicos em França (Grefe, 1989) privilegia a descentralização das suas actividades através de acções que permitam a implantação de empresas inovadoras, principalmente nos territórios do sul.

No Japão (Stöhr, 1987), a política de criação de *tecnopolis* visa promover a transformação estrutural das regiões subdesenvolvidas apoiando actividades de alta tecnologia em locais periféricos que, simultaneamente, proporcionem a essa indústria terrenos, água e o ambiente adequado.

Em Espanha, os Institutos tecnológicos, promovidos pelo governo de Valência, são o melhor instrumento da nova política regional (Vázquez-Barquero, 1990b). Esses centros, para além realizarem projectos de I&D, fornecem às empresas locais serviços de controlo da qualidade, assistência técnica, difusão da informação e formação. Esses institutos especializam-se em diferentes áreas produtivas (calçado, cerâmica, mobiliário, têxteis e brinquedos) e estão localizados em cidades cujo sistema produtivo industrial corresponde à sua especialização.

Por último, as acções de formação desempenham um papel estratégico no desenvolvimento das empresas. Na perspectiva do desenvolvimento local, a política de formação procura, por um lado, responder às necessidades criadas pela desactualização, cada vez mais rápida, do capital humano e, por outro, responder às novas exigências de empresários e trabalhadores. A transformação produtiva tem de ser acompanhada por um aperfeiçoamento da formação tradicional e pela introdução de novas profissões exigidas pelo mercado (como aconteceu em Vitória e Tilburg).

As acções de formação convertem-se no cerne da estratégia, sempre que se trata de reestruturar um sistema produtivo tradicionalmente dedicado a actividades que se desactualizaram (agricultura, indústria de base ou transformadora) como aconteceu nas zonas mineiras e agrícolas de Le Bruaysis, em França, ou de Sitia, na Grécia. Nestes casos, é necessário acompanhar a transformação do comportamento da população relativamente ao desenvolvimento e à economia com acções de dinamização, como se fez em Lebrija.

O *orgware* do desenvolvimento local

No centro da nova política de desenvolvimento regional, encontram-se as acções destinadas a melhorar a organização do desenvolvimento. Trata-se de aperfeiçoar a capacidade de organização existente na cidade ou na região para responder eficazmente aos problemas e desafios que é necessário vencer. É uma questão decisiva para a competitividade, dado que as políticas de desenvolvimento local, sobretudo nas áreas mais desenvolvidas, incidem particularmente na organização.

O desenvolvimento duma localidade ou dum território é organizado com base nas decisões tomadas pelos agentes públicos e privados. Muitas vezes, a existência de líderes locais cataliza o aparecimento da política local (como em Hamburgo e Alcoy), mas, mesmo assim, é necessário o apoio explícito ou tácito dos restantes agentes locais.

O aumento da concorrência e da incerteza dos mercados levou as instituições e as organizações a cooperarem e a unirem esforços para reduzirem os riscos e as ameaças e aproveitarem as oportunidades. O associativismo e as redes entre empresas e organizações territoriais constituem as formas mais correntes de colaboração e cooperação.

O *associativismo* permite realizar transacções entre agentes públicos e privados com base em acordos formais. Grande parte dos organismos de desenvolvimento local utiliza este processo. Um bom exemplo é a *Hamburgische Gesellschaft für Wirtschaftsförderung* (Associação de Hamburgo para o Desenvolvimento Económico) criada em 1985, e em que colaboram a autarquia, a Câmara do Comércio e vários bancos.

Verificou-se, também, uma proliferação de *redes* de empresas e de organizações, assentes na confiança entre as partes e orientadas para objectivos muito concretos. Essas redes complementam as organizações convencionais e neutralizam os efeitos perversos da burocracia. Permitem estabelecer relações informais entre as organizações, o que facilita a tomada de decisões e a sua execução. Um bom exemplo é a "rede" de viveiros marinhos de Connemara, formada por um organismo de desenvolvimento regional (*Udaras na Gaeltachta*), as empresas privadas e as cooperativas de pesca, a universidade local e uma empresa de *marketing*.

Para poder alcançar as metas que os agentes locais se propuseram atingir, não basta ter concebido uma boa estratégia e encetar as acções mais convenientes. É necessário, também, *gerir a estratégia e as iniciativas* e utilizar eficazmente os recursos humanos e financeiros disponíveis.

Os departamentos de gestão das administrações públicas nem sempre são os mais adequados, já que, para além de serem demasiado burocratizados, carecem de competências suficientes em matéria de desenvolvimento local e da necessária flexibilidade funcional e financeira. As estratégias de desenvolvimento local tornam-se mais eficazes se forem aplicadas por organismos com autonomia funcional e gestão flexível.

Na Europa existe uma grande variedade de organizações que obtiveram êxito na promoção e apoio a iniciativas locais (Pellegrin, 1991). Citem-se, entre outras, as *Local Enterprises Agencies*, no Reino Unido, as *Boutiques de Gestion*, em França, os Fundos de Desenvolvimento Local, na Suécia, os Centros Tecnológicos, na Alemanha, os Institutos Tecnológicos, em Espanha, e os Gabinetes Financeiros, em Itália.

Factores explicativos

A generalização da resposta das comunidades locais da União Europeia aos desafios da concorrência global faz pensar que existem razões profundas que explicam o aparecimento da nova política, da sua definição e persistência durante os últimos vinte anos. Os argumentos explicativos podem dividir-se em quatro grupos: a transformação do problema territorial; a substituição da administração central na gestão da nova política; a aplicação de novos conceitos e teorias à definição das políticas; e o apoio das grandes organizações internacionais à execução da nova política.

A nova problemática regional

A nova política regional surge como mecanismo de apoio à adaptação produtiva e territorial decorrente das transformações tecnológicas e do aumento da concorrência dos mercados. A política redistributiva dos anos cinquenta e sessenta era aplicada num ambiente estável onde, com base nos indicadores do rendimento *per capita* e da taxa de desemprego, era possível identificar as cidades e os territórios com problemas, ou seja, as regiões objecto de intervenção.

Nos anos setenta e oitenta, o problema territorial é diferente. O encerramento de empresas e o aumento do desemprego estenderam-se a cidades e regiões que no período de expansão do ciclo económico tinham sido territórios e locais activos e desenvolvidos. A dinâmica territorial (as transformações económicas e espaciais) já não pode explicar-se em função do conceito de assimetrias regionais. É preciso um quadro teórico e analítico diferente daquele que reduzia essa dinâmica às relações entre regiões ricas e pobres ou entre centro e periferia (Vázquez-Barquero, 1984).

As transformações da procura provocaram um *gap*, um desajustamento relativamente à oferta do produto, o que significa uma redução da capacidade competitiva das regiões e das localidades,





quer pobres quer ricas. O aumento relativo dos custos de produção (mão-de-obra, energia) alterou as funções de produção das empresas e deu origem a processos de desindustrialização e de descentralização produtiva, e também ao aumento das vantagens competitivas dos sistemas de indústria local. A descentralização funcional, a crescente subcontratação e a expansão dos serviços prestados às empresas vêm, por sua vez, introduzir novas alterações nos sistemas produtivos das cidades e dos territórios.

Estas transformações mostram-nos que os níveis de desenvolvimento das regiões e das localidades têm de ser interpretados com base nas diferenças qualitativas e não nas diferenças quantitativas. O que importa não são os níveis atingidos pela taxa de crescimento ou pela taxa de desemprego, nem a actividade dominante ser a indústria ou os serviços, nem tão-pouco a densidade da população urbana ou da população regional. O que importa é a competitividade das empresas, das cidades e das regiões. Assim, as variáveis que indicam a capacidade de reestruturação produtiva e de crescimento regional são a taxa de inovação regional, a qualificação dos recursos humanos, a capacidade tecnológica e de iniciativa das empresas, a flexibilidade das organizações empresariais e institucionais, e a integração das empresas, das cidades e das regiões em redes concorrenciais e inovadoras.

Neste contexto, as políticas regionais e sectoriais tradicionais revelam-se incapazes de dar resposta às novas realidades e aos novos processos. A política regional, por exemplo, deveria necessariamente ter acompanhado os processos e as transformações em curso, apoiando a nova dinâmica e corrigindo as disfunções causadas pela adaptação dos modelos territoriais. Contrariar esse processo, mantendo estratégias como a transferência de recursos das regiões ricas para as regiões pobres, para além de ineficaz, era inviável, já que a própria dinâmica dos processos neutralizava a política.

Assim, as políticas regionais estão cada vez mais orientadas para o crescimento e para a transformação estrutural dos lugares e das regiões cujos sistemas produtivos têm de ser reestruturados. A redistribuição espacial da actividade produtiva vê-se reforçada pelo facto de os processos de descentralização produtiva e funcional e a industrialização endógena permitirem que os sistemas industriais sejam cada vez menos polarizados e mais difusos, reduzindo os níveis de concentração da produção. É possível, assim, utilizar melhor os recursos locais desaproveitados no território e fazer face à reconstrução do tecido produtivo das economias regionais e locais. Deste modo, a redução das diferenças espaciais de rendimento e emprego são encaradas de forma operacional (e não programática).

Transformações institucionais

É necessário encontrar novas formas de regulação das relações económicas e sociais para sair da situação existente. Nos países da UE, por um lado, há uma resposta estratégica dos agentes locais que pretendem melhorar a posição das cidades e das regiões no novo sistema internacional; e, por outro, iniciam-se processos de transformação do modelo de organização do Estado, descentralizando a administração e atribuindo competências mais alargadas às regiões e às cidades.

A alteração do modelo de acumulação teve como consequência local o desemprego, a quebra de actividade dos sistemas económicos locais e, conseqüentemente, a necessidade de transformação da estrutura produtiva das cidades e dos territórios. Para os governos locais, o desafio foi e vai sendo cada vez mais forte à medida que a economia se vai progressivamente internacionalizando e eles se vêem forçados a dar uma resposta local aos problemas que a transformação levanta. As respostas são limitadas e podem resumir-se a duas estratégias simples: ou põem em marcha uma estratégia para atrair investimentos externos, entrando em concorrência com outras cidades (um jogo de soma zero), ou desenvolvem uma estratégia de desenvolvimento local que crie condições para o aparecimento de iniciativas locais e que tente encontrar soluções para os problemas locais (um jogo de soma positiva).

Assim, com o objectivo de dominar a situação e de adaptar o sistema produtivo local, foram

surgindo gradualmente iniciativas locais. Nos anos oitenta, os governos locais e regionais começaram a assumir um notório protagonismo nos processos de transformação estrutural das economias europeias, perante a necessidade de solucionar, a longo prazo, os problemas locais decorrentes da reestruturação do sistema produtivo internacional.

O novo papel das administrações locais é facilitado pela mudança de estratégia das administrações centrais. Nos anos oitenta e noventa, os governos centrais aceitam as posições neoliberais, concentram a sua acção na concretização dos objectivos macroeconómicos (inflação, défice público) e reduzem o âmbito das políticas regionais e industriais. A limitada eficácia dos governos centrais na promoção da difusão das inovações e na criação de emprego abre um espaço para que os governos locais e regionais se envolvam na regulação dos processos de adaptação e reestruturação da produção (Stöhr, 1990b; Vázquez-Barquero, 1992).

A estratégia de desenvolvimento local é também estimulada pela mudança do modelo institucional de funcionamento do sistema produtivo. A criação do Estado autonómico, no caso espanhol, a descentralização administrativa, no caso francês, e o desenvolvimento dos princípios da Constituição de 1948, no caso italiano, são exemplos de diferentes formas de transferência ou de reforço das competências das comunidades locais ou regionais. Poderia argumentar-se que a descentralização e a transferência de competências assenta mais em razões de carácter organizativo e de eficiência económica do que em factores de natureza política, com alguns matizes no caso de Espanha (Bottiglieri *et al.*, 1987; Vázquez Barquero, 1987).

As novas teorias e conceitos

A nova política regional surgiu, espontaneamente, adaptada às necessidades das diferentes economias locais, permitindo, assim, tirar partido da criatividade de quem a põe em prática. Foi progressivamente ganhando forma, através dum processo experimental, e a sua conceptualização foi-se impondo graças às contribuições teóricas dos últimos dez anos.

A evolução das cidades e das regiões revela-se numa dinâmica económica a longo prazo. O crescimento económico é consequência do aumento da produtividade, fruto, por sua vez, do progresso tecnológico e duma melhor qualidade dos recursos. As recentes teorias da corrente neoclássica sobre o crescimento endógeno viriam reforçar esta ideia (Romer, 1994; Grossman e Helpman, 1994).

No entanto, a teoria do desenvolvimento endógeno considera que o crescimento económico não é um equilíbrio instável do tipo neoclássico, mas um processo incerto e aleatório devido às condições do mercado e às decisões dos agentes económicos. Para muitos dos autores da nova teoria, a referência a Schumpeter é inevitável, não só no que diz respeito ao carácter endógeno da transformação tecnológica, mas também por considerarem que os agentes do desenvolvimento não são os produtores e os consumidores, mas as empresas e as organizações. Daí que a difusão das inovações dependa da forma de organização das empresas e do território (Lasuen, 1973; Ettliger, 1992).

Para além disso, esta teoria acentua o aspecto territorial das soluções da transformação produtiva (Friedman e Weaver, 1979), reconhece que o território é um factor importante nas decisões de investimento e localização das empresas, de acordo com o que afirma a Teoria do Comércio Internacional (Krugman, 1990) e a Organização e Gestão de Empresas (Porter, 1990).

As empresas e as organizações funcionam num contexto determinado exogenamente que se foi constituindo com o tempo (Massey, 1984). Para Best (1990), o território é composto por um sistema de relações económicas, sociais, políticas e jurídicas. Além disso, as empresas e as organizações fazem parte de um meio com uma dinâmica própria de aprendizagem e organização, o que condiciona a resposta desse contexto às transformações (Maillet, 1995).

Esta concepção da dinâmica económica parte do princípio de que existe uma grande variedade de modelos espaciais de crescimento (Scott, 1988; Vázquez-Barquero, 1990a). Os modelos de





especialização flexível (como as redes de empresas de alta tecnologia e dos sistemas locais de empresas) seriam as formas mais convenientes de acumulação (Garofoli, 1992; Saxenian, 1994).

As políticas de desenvolvimento local introduzem uma perspectiva da base para o topo (Stöhr, 1981). Propõem-se melhorar a capacidade empresarial e organizativa, aperfeiçoar a qualidade dos factores e difundir as inovações no tecido produtivo e nos territórios, seguindo as indicações dos autores neoschumpeterianos, mas também das teorias do distrito industrial (Becattini, 1979; Fua, 1983) e do meio inovador (Camagni, 1991; Quevit, 1991).

Apoio das organizações internacionais

Por último, a definição, a forma e a promoção da estratégia e das acções de política de desenvolvimento regional receberam um forte apoio de organizações internacionais como a OCDE e a Comissão da União Europeia (Novi, 1990). Embora as suas propostas tenham sido, por vezes, consideradas indefinidas, tiveram grande influência na transformação das políticas de emprego e nas políticas industriais e regionais das economias avançadas.

O programa ILE-OCDE tem mais de dez anos de existência. Em Julho de 1982, o Conselho da OCDE autorizou um novo programa de Cooperação e Acção destinado às iniciativas locais de emprego. Os objectivos mais importantes eram promover, nos países membros, o intercâmbio de experiências e de informações sobre o desenvolvimento das empresas e o emprego local, estabelecer métodos de avaliação das iniciativas locais e fornecer assistência técnica aos países membros na elaboração de programas de intervenção (OCDE, 1987).

O tratamento dado ao tema do desenvolvimento local e à promoção das iniciativas locais de emprego é, sem dúvida, mais pragmático e mais eficaz na UE do que na OCDE. Os objectivos são menos ambíguos e, além disso, o financiamento é dirigido para projectos específicos de desenvolvimento económico local. Embora nem todos os programas tenham essa orientação pragmática, como o Programa LEDA (*Local Employment Development Action*), a disponibilização de fundos estruturais (FEDER — Fundo Europeu de Desenvolvimento Regional — e Fundo Social Europeu) confere-lhe uma dimensão diferente da dos programas da OCDE.

A reforma dos fundos estruturais integra o desenvolvimento local no quadro das políticas regionais. Assim, o artigo 1º, alínea c) do Regulamento 4254/88, sobre a gestão do FEDER, estabelece que “o FEDER participa no financiamento [...] do desenvolvimento da capacidade endógena das regiões através de medidas destinadas a incentivar e apoiar as iniciativas de desenvolvimento local e a actividade das PME’s”. Por seu lado, o artigo 6º, relativo à utilização das subvenções globais, estabelece que elas “se destinam prioritariamente às iniciativas de desenvolvimento local”. Nos últimos anos, a Comissão tentou dar impulso ao desenvolvimento local através de acções específicas. Assim, afectou a verba especial 543 ao financiamento de iniciativas como os Centros de Empresa e de Inovação e ao apoio de medidas que incentivam as transacções entre as PME’s.

Comentários finais

A nova política de desenvolvimento regional surgiu de forma espontânea como resposta das comunidades locais aos desafios da transformação da produção. Caracteriza-se por uma perspectiva estratégica do desenvolvimento económico, o que confere aos agentes locais a capacidade de promover o processo de reestruturação produtiva e melhorar, assim, o nível de emprego e de bem-estar das populações locais.

Quais os aspectos mais positivos da nova política regional? Antes de mais, convém sublinhar que veio acabar com a velha polémica sobre se o objectivo da política regional devia ser a eficiência ou a equidade.

Depois das discussões dos últimos dez anos, considera-se que é na dinâmica territorial que deve procurar-se a solução do conflito entre os objectivos do desenvolvimento. É evidente que as

iniciativas locais terão de conjugar a *eficiência* da afectação dos recursos públicos e privados, com a *equidade* na repartição da riqueza e do emprego, e o *equilíbrio ambiental*.

A gestão estratégica do desenvolvimento local pressupõe a procura sistemática dum equilíbrio dinâmico entre estes objectivos, independentemente da prioridade que se estabeleça. Quando a preferência é atribuída aos objectivos económicos, a equidade e o equilíbrio ambiental funcionam como condicionantes.

Em segundo lugar, a alteração do modelo de acumulação de capital, a passagem do modelo fordista para a produção flexível, confere à nova política regional maior eficácia do que aquela que caracterizava a política tradicional (Ettlinger, 1990; 1992). Quando prevalece o modelo de produção fordista, as acções e as medidas de carácter redistributivo acabam por ser ineficazes, dado que o funcionamento do sistema produtivo assenta no desequilíbrio da divisão espacial do trabalho. O desenvolvimento localizado é logicamente impossível (Lasuen, 1973) e a coerção do Estado pode ser ineficaz pelo facto de a dinâmica centro-periferia se manter.

No entanto, num cenário como o actual, onde o sistema produtivo pode adaptar-se ao modelo de acumulação flexível, a política de desenvolvimento regional tem de ser, necessariamente, mais eficaz. Isto explica-se pelo facto de a produção flexível ter uma lógica espacial diferente, já que a ligação entre as empresas se situa num território concreto. Daí que, apesar de o desenvolvimento endógeno nem sempre se adaptar aos modelos de produção flexível, a política de desenvolvimento local possa proporcionar um ambiente favorável à criação e desenvolvimento de empresas locais.

Além disso, a política de desenvolvimento local é eficiente, porque utiliza a capacidade de desenvolvimento criada pelas transformações do sistema produtivo dos anos setenta e oitenta. A redução dos fluxos inter-regionais de factores permitiu que os recursos humanos e financeiros se mantivessem nas cidades e nos territórios. Por outro lado, o desenvolvimento de novas actividades relacionadas com os serviços (turismo, serviços pessoais, serviços de saúde) e com o ambiente, e a introdução de novas tecnologias permitem a utilização de recursos que na fase anterior do ciclo económico tinham um interesse menor.

Este tipo de argumentos facilita a resposta à pergunta feita por Polese (1994): por que motivo é que o mercado não garante a utilização dos recursos locais? A nova política regional tenta facilitar o funcionamento dos mecanismos de mercado. Com as iniciativas locais pretende-se ultrapassar os obstáculos que impedem o desenvolvimento regional. Ao incidir no desenvolvimento endógeno, a nova política regional obriga os agentes económicos a utilizarem os recursos locais de forma competitiva.

Quais são os pontos fracos da nova política regional? Em primeiro lugar, surge a questão da coordenação dos diferentes agentes. A nova política de desenvolvimento é aplicada por agentes públicos e privados que têm estratégias diferentes. As experiências de desenvolvimento local mostram que, frequentemente, a coordenação é uma das deficiências da nova política regional.

Segundo Boekema (1989), para que esta nova política seja eficiente, é preciso uma sinergia entre as acções dirigidas do topo para a base, que promovem a transformação estrutural, e as acções dirigidas da base para o topo, que promovem o desenvolvimento territorial. Há que coordenar as iniciativas locais com as políticas sectoriais e regionais das administrações centrais, se se pretende neutralizar as deficiências que qualquer delas tem.

Se apenas se aplicarem políticas sectoriais e regionais, não só se desaproveita a capacidade de desenvolvimento, como também pode actuar-se negativamente na dinâmica e na transformação das economias locais, ao privilegiar a redistribuição territorial relativamente à transformação produtiva. Se se favorecerem apenas as iniciativas locais, nem sempre se terão em conta as relações do sistema produtivo local com o sistema nacional e internacional, ignorando-se o papel que a globalização desempenha na transformação do sistema produtivo.





Contudo, a coordenação das acções dos agentes públicos e privados é sempre um desafio. Por isso, a perspectiva local é importante para o desenvolvimento económico regional por revelar a necessidade da acção conjugada dos agentes. Daí que, como atrás foi dito, a organização do desenvolvimento, feita através dum reforço do associativismo e da criação de redes, se tenha convertido num dos pontos de apoio da nova política regional.

Por último, uma falha grave da nova política regional é, como acontece no caso espanhol, a inexistência dum enquadramento jurídico e institucional bem definido. Por isso é sempre uma tarefa difícil encontrar financiamento para as iniciativas locais. A banca privada não está interessada em fomentar o desenvolvimento local, nem em facilitar a criação e o desenvolvimento das empresas. Por outro lado, como não existe uma política de desenvolvimento local, há grandes as restrições ao financiamento público. Os agentes locais vêem-se, assim, obrigados a utilizar financiamentos projectados para outros fins, o que traz graves prejuízos à gestão e à aplicação das medidas.

Em conclusão, a nova política regional ultrapassou já a fase experimental. É grande a sua utilidade para os processos de reestruturação produtiva e, conseqüentemente, para o desenvolvimento regional. Apesar das limitações que comporta, consolidou já um razoável corpo doutrinal. Chegou, pois, o momento de avaliar os resultados e de criar um enquadramento institucional que permita aumentar a eficiência e a eficácia da gestão do desenvolvimento regional.

Tradução de Teresa Lello

Referências Bibliográficas



- Becattini, G. (1979) Dal settore industriale al distretto industriale: alcune considerazioni sull'unità di indagine dell'economia industriale, *Rivista di Economia e Politica Industriale*, 1, 7-21.
- Bennett, R. (1989) Local Economy and Employment and Development Strategies: An Analysis for LEDA Areas, *LEDA Report*, Bruxelas, Comissão das Comunidades Europeias, DG V.
- Bennett, R.; Krebs, G. (1990) Towards a Partnership Model of Local Economic Development Initiatives in Britain and Germany, in Bennett, R.; Krebs, J.; Zimmermann, H. (orgs.) *Local Economic Development in Britain and Germany*, Londres, Anglo-German Foundation.
- Best, M. (1990) *The new competition: institutions of industrial restructuring*, Cambridge Mass., Harvard U.P.
- Boekema, F. (1989) Industrial relations and economic regionalization in Europe, *Discussion Paper*, Holanda, Departamento de Economia Regional da Universidade de Tilburg.
- Bottiglieri, B. et al. (1987) *Governo Locale e Promozione dello Sviluppo Economico*, Milão, Franco Angeli.
- Camagni, R. (1991) *Reti di cooperazione e reti di città*, comunicação apresentada na XII Conferenza della Associazione Italiana di Scienze Regionali, Taormina, Outubro.
- Camagni, R.; Campello, R. (1990) Towards a definition of maneuvering space of local development initiatives: Italian success stories of local development, in Stöhr, W.B. (org.).
- Chisholm, M. (1990) *Regions in Recession and Resurgence*, Londres, Unwin Hyman.
- Direcção-Geral de Políticas Regionais — DG XVI (1984) Centros Europeus da Empresa e Inovação da Comunidade Europeia. *Documento XVI/37/84*, versão actualizada de Janeiro de 1990, Bruxelas, Comissão das Comunidades Europeias.
- Ettlinger, N. (1992) Modes of corporate organization and the geography of development, *Papers in Regional Science*, 71, 2, 107-26.
- Ettlinger, N. (1990) Worker displacement and corporate restructuring, a policy-conscious appraisal, *Economic Geography*, 66, 67-82.
- Friedmann, J.; Weaver, C. (1979) *Territory and Function*, Londres, Edward Arnold.
- Fua, G. (1983) L'industrializzazione nel Nord Est e nel Centro, in G. Fua, G. e Zachia, C. (orgs.), *Industrializzazione senza fratture*, Bolonha, Il Mulino.
- Garofoli, G. (org.) (1992) *Endogenous Development and Southern Europe*, Aldershot, Avebury.
- Grefe, X. (1989) *Décentraliser pour l'Emploi. Les initiatives locales de développement*, Paris, Economica.
- Gossman, M.G.; Helpman, E. (1994) Endogenous Innovation in the Theory of Growth, *The Journal of Economic Perspectives*, 8, 23-44.
- Hennings, G.; Kunzmann, K.R. (1990) Priority to local economic development: industrial restructuring and local development responses in the Ruhr areas — the case of Dortmund, in Stöhr, W.B. (org.).
- Johannisson, B. (1990) The Nordic perspective: Self-reliant local development in four Scandinavian countries, in Stöhr, W.B. (org.).
- Krugman, P. (1990) *Geography and Trade*, Lovaina/Cambridge Mass., Leuven University Press/MIT Press.



- Lasuen, J.R. (1973) Urbanization and Development. The Temporal Interaction between Geographical and Sectoral Clusters, *Urban Studies*, 10, 163-188.
- LEDA (1990) *Orientations for local employment development in urban areas: Good practice in policy instruments*, LEDA Report, Bruxelas, DG V, Comissão das Comunidades Europeias.
- Maillat, D. (1995) Dinámica territorial, milieu y política regional, in Vázquez-Barquero, A. e Garofoli, G. (orgs.).
- Martinos, H. (1989) *The management of local employment development strategies*, LEDA Report, Bruxelas, DG V, Comissão das Comunidades Europeias.
- Martinos, H.; Dineen, D.; Bowdery, J. (1989) *Evaluation of Policy measures for the creation and development of small and medium-sized enterprises*, Synthesis Report, EMS Task Force, Bruxelas, Comissão das Comunidades Europeias.
- Massey, D. (1984) *Spatial Divisions of Labour. Social Structures and Geography of Production*, Londres, Macmillan.
- Novy, A. (1990) Learning experiences from OECD and EC reviews of local employment initiatives, in Stöhr, W.B. (org.).
- OCDE (1985) Un exemple de structures intermédiaires d'appui aux ILE: les boutiques de gestion en France, *Cahiers des ILE*, 4, 23-26.
- OCDE (1987) *ILE Programme*, Paris.
- Pellegrin, J.P. (1991) *Le rôle des organismes intermédiaires dans le développement territorial*, Paris, OCDE, Programa ILE (policopiado).
- Polese, M. (1994) *Economie Urbaine et Régionale. Logique Spatiale des mutations Economiques*, Paris, Economica.
- Porter, M. (1990) *The competitive advantage of nations*, Nova Iorque, The Free Press.
- Quevit, M. (1991) Innovative environments and local/international linkages in enterprises strategy, in Camagni, R. (org.) *Innovation Networks: Spatial Perspectives*, Londres, Belhaven Press.
- Roberts, P.; Collis, C.; Noon, D. (1990) Local economic development in England and Wales: successful adaptation of old industrial areas in Sedgefield, Nottingham and Swansea, in Stöhr, W.B. (org.).
- Romer, M.P. (1994) The Origins of Endogenous Growth, *The Journal of Economic Perspectives*, 8, 3-22.
- Saxenian, A. (1994) *Regional Advance. Culture and Competition in Silicon Valley and Route 128*, Cambridge Mass., Harvard University Press.
- Scott, A.J. (1988) *New Industrial Spaces*, Londres, Plon.
- Stöhr, W.B. (1981) Development from below: The bottom-up and periphery inward development paradigm, in Stöhr, W.B. e Taylor, D.R.F. (orgs.) *Development from Above or Below?*, Chichester, John Wiley and Sons.
- Stöhr, W.B. (1987) Innovación regional tecnológica e institucional. La política Japonesa en relación a las Tecnopolis, *Estudios Territoriales*, 23, 29-43.
- Stöhr, W.B. (org.) (1990a) *Global Challenge and Local Response*, Londres, Mansell.
- Stöhr, W.B. (1990b) On the Theory and Practice of local development in Europe, in Stöhr, W.B. (org.).

Valcárcel-Resalt, G. (1992) Balance y perspectivas del desarrollo local en España, in Canto, C. del (org.) *Desarrollo rural. Ejemplos Europeos*, IRYDA, Madrid, Ministério da Agricultura e Pesca.

Vázquez Barquero, A. (1984) La Política Regional en tiempos de crisis, *Estudios Territoriales*, 15-16, 21-37.

Vázquez-Barquero, A. (1987) Local development and Regional State in Spain, *Papers of the Regional Science Association*, 61, 65-78.

Vázquez-Barquero, A. (1990a) Conceptualizing Regional Dynamics in recently industrialized countries, *Environment and Planning*, 21, 477-491.

Vázquez-Barquero, A. (1990b) Local Development Initiatives under incipient Regional Autonomy, in Stöhr, W.B. (org.).

Vázquez-Barquero, A. (1992) Local development and flexibility in accumulation and regulation of capital, *Entrepreneurship & Regional Development*, 4, 381-395.

Vázquez-Barquero, A. (1993) *Política Económica Local*, Madrid, Piramide.

Vázquez-Barquero, A.; Garofoli, G. (orgs.) (1995) *Desarrollo Económico Local en Europa*, Colégio de Economistas de Madrid.

